

BERNARDO CABRAL

"Vamos fazer a Constituição do Brasil real"

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

GERALDO MAGELA

"O retrato que eu pude fazer até agora, sem retoques, desta Assembléia Nacional Constituinte, é que ela avançará em alguns pontos, parará em outros e deve recuar num certo número, mas o avanço será mais para o lado progressista". A afirmação do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, reflete bem o caráter franco deste político que teve seus direitos políticos cassados durante 10 anos e que tem estrela forte: começou advogar aos dez anos auxiliando a promotoria que condenou a 13 anos de prisão o assassino de seu irmão, Antônio Cabral. Em 1976, disputando o concurso de orador do Instituto dos Advogados do Brasil derrotou o já então consagrado jurista Afonso Arinos, hoje presidente da Assembléia Constituinte. "Por causa desta minha obstinação foi que cheguei a enfrentar os dois grandes notáveis Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga, me elegendo para relatar a Constituição que o País espera", diz, acrescentando: "Todos os brasileiros, sem exceção, devem fazer pressão sobre a Constituinte, desde que não sejam desonestas".

Passados quase 60 dias da instalação da Assembléia Constituinte, o senhor concorda que até agora os constituintes estão mais preocupados com a distribuição dos cargos do que em escrever a Constituição?

— Esta é uma fase até certo ponto natural. Como o projeto das normas preliminares, e, depois o do regimento, tinha que ser feito de baixo para cima, porque é a primeira vez na história do Brasil que uma Assembléia Nacional Constituinte faz o seu próprio regimento interno para o funcionamento das comissões temáticas. Era natural que a corrida aos cargos se desse. Isso porque os deputados recém-chegados, que foram eleitos pela primeira vez, querem se afirmar nos seus estados; outros porque querem dar a sua contribuição porque são experientes e, uma terceira leva que são os especialistas nas matérias como Direito Constitucional e querem ficar em lugares estratégicos para dali poderem dar a sua colaboração maior. A corrida aos cargos, portanto, se de um lado possa parecer ambição, do outro, e eu me situo desse lado, recomenda que seja uma pessoa que esteja à altura de dar a sua contribuição para um projeto bom, enxuto, denso, de constituição.

Há informações que o senhor seria candidato do senador Mário Covas e do presidente Sarney. Como é que o senhor conseguiu ao mesmo tempo o apoio de duas pessoas diferentes como o presidente Sarney e o senador Mário Covas?

— O senador Mário Covas nunca me disse que eu seria candidato dele, e não poderia fazê-lo porque sendo um homem correto e tendo um companheiro seu de Senado, de partido e de representação no Estado, porque o senador Fernando Henrique é de São Paulo, o nosso líder jamais insinuou que lutaria pela minha candidatura. Ao contrário, o Mário manteve-se de tal forma equidistante e bancando às vezes o imparcial que na reunião conosco, os três candidatos, ele disse que seria muito difícil a escolha ser de modo pessoal, fruto seu. Como eu tinha sido o único que tinha sugerido, reclamado e reivindicado que a escolha fosse feita pela bancada do PMDB e não por designação do Presidente da República, como manda o regimento, o Mário acabou-se inclinando pela disputa perante a bancada do PMDB. Ele declinava portanto de uma prerrogativa que era sua para fazer essa indicação à bancada e a bancada escolhesse. O que eu acredito, isto sim, é que no segundo turno, afastada a candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso, tanto o senador Mário Covas quanto o senador José Richa me ajudaram e torceram pela minha eleição porque ambos, Mário Covas e Richa, foram meus colegas na legislatura de 66, e nós três como deputados formávamos um trio de bons amigos. Minha ideia de que fosse levada a escolha pela bancada e que se eventualmente fosse eu o indicado eu teria a minha consciência tranqüila de que essa escolha se dera tão somente pela simpatia e pelo lado afetivo e não pelos meus eventuais méritos. Numa esco-

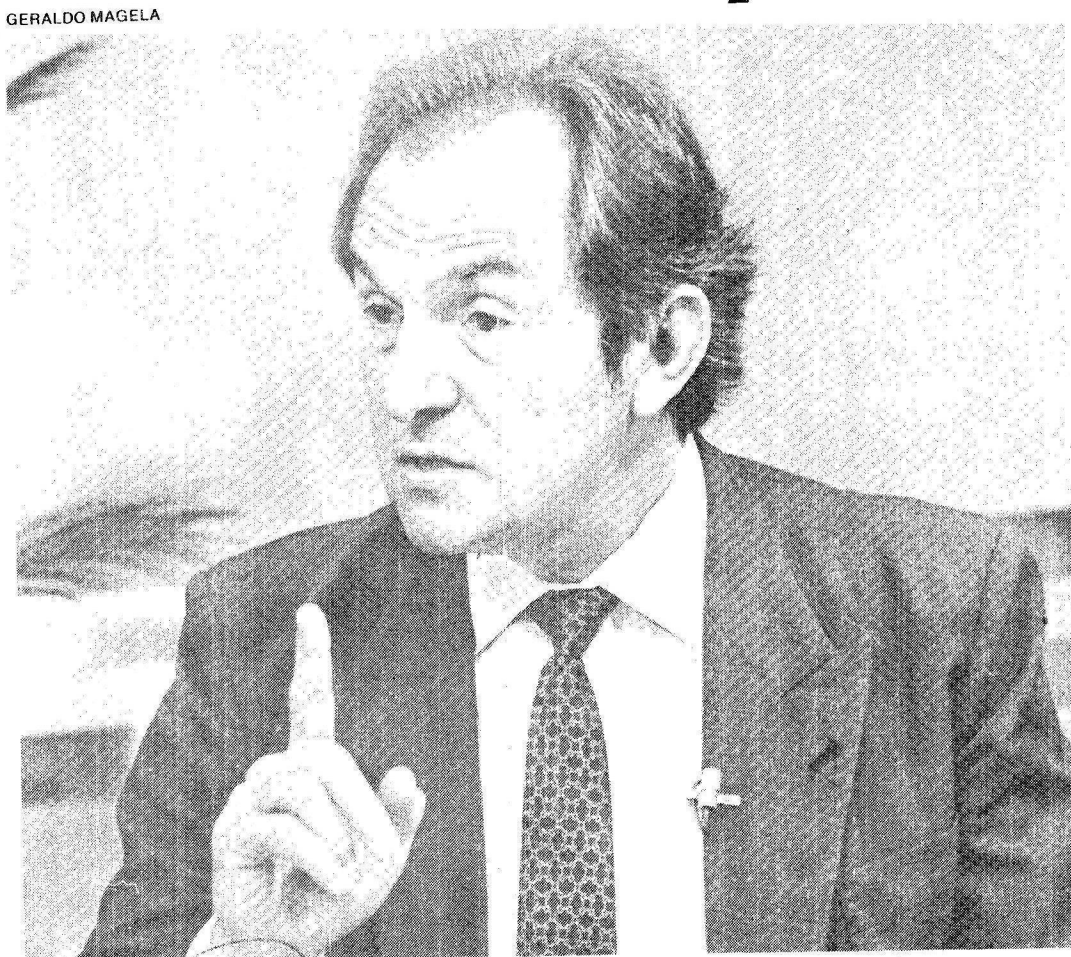
lha com três candidatos do mesmo nível, fosse ela processada através de um homem só, poderia ter interpretações as mais variadas e as menos aconselháveis. Assim, a bancada deu a palavra maior, o julgamento foi insusceptível de gerar qualquer animosidade e todos aceitamos, de modo que eu posso ter contado foi com a simpatia do presidente Sarney, que é meu amigo há muitos anos e, talvez, dado a minha qualidade de jurista e de ex-presidente da OAB, racionalmente que o cargo nas minhas mãos pudesse ficar melhor desempenhado, mas eu creio que qualquer dos três que fosse escolhido a Assembléia Nacional Constituinte estaria bem servida.

Houve também uma vinculação do seu nome com o do general Leônidas Pires. Ainda hoje, na Nova República, é ruim ter o seu nome ligado com setores militares?

— Eu sou um homem que escolho as minhas amizades e não renego a elas, seja o mais insignificante ao mais alto homem desta República. Se o general Leônidas Pires Gonçalves viesse a me prejudicar no lado político, no raciocínio de alguns, eu quero dizer que pelo lado da amizade não abdicaria desta, por uma razão muito simples: eu não sou amigo do ministro do Exército, eu sou amigo do ser humano chamado Leônidas Pires Gonçalves desde o ano de 1961, portanto, há 26 anos, e não seria agora, para trocar um cargo, que eu haveria de desprezar uma amizade. Eu sou, sobretudo, um homem leal, consciente das minhas amizades e daquilo que eu quero bem, portanto, quem patrulhou, quem anunciou, apenas deturpou porque talvez não soubesse disso. Se soubesse haveria de pensar da mesma forma que eu penso. Eu não acredito que o ser humano seja capaz de trocar uma posição renegando uma amizade como a dele, e eu me sinto muito honrado com a amizade do cidadão Leônidas Pires Gonçalves.

Essa amizade chegou a criar algum tipo de dificuldade junto à bancada durante sua fase de campanha?

— Os de extrema direita dentro da bancada diziam que eu era um homem de extrema esquerda porque tinha sido cassado e meus direitos políticos suspensos por dez anos; os que são da esquerda diziam que eu era um homem da direita porque sou amigo do general Leônidas, e todos se esqueciam que eu tenho uma folha de serviços prestados a este País. Eu fui deputado federal pelo MDB, que foi a célula criadora do PMDB; fui seu deputado federal mais votado no Estado, fui vice-líder em 67 e 68, fui escolhido pelo comitê de imprensa da Câmara como um dos dez melhores deputados no ano de 67 e no ano de 68, depois fui secretário-geral da OAB, e mais tarde seu presidente, quando lutei pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte, quando combati o atentado no Riocentro e na Ordem dos Advogados do Brasil. Quem detratava, espalhava e fazia, e agora eu também tenho o direito de fazer esse desabafo, esta forma perniciososa de campanha, não creio que fossem meus concorrentes, natural-



Cabral: "Não se faz uma obra grandiosa com extremismos"

"Eu procurarei ser como relator, o homem que tirará a média da maioria. Não vou me submeter a pressões partam de onde partirem. Vamos fazer a Constituição do Brasil real"

mente os que defendiam suas campanhas. Isso é esquecer o passado de um homem que foi sacrificado, que deu parte da sua vida. Afinal, foram dez anos de suspensão dos direitos políticos e perda de mandato. Sou sobretudo um homem independente e ninguém me impedirá de continuar com a cabeça erguida.

— Logo após a sua eleição, o senhor falou que era uma pessoa independente e não iria se submeter a serviços prestados ao Palácio do Planalto ou qualquer outro tipo de pressão. Qual vai ser sua relação com o presidente Sarney?

— A minha relação com o presidente Sarney será a relação que sempre mantivemos ao longo do tempo, em primeiro lugar, intempestuosa; em segundo, política e em terceiro, sendo eu membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, darei apoio ao seu governo, e naquilo que ele estiver certo não há por que deixar de aplaudir. Nas coisas que eu entender que estão tomando um curso diverso do programa do partido eu serei o primeiro a fazer a crítica construtiva. Quando eu digo que não estarei a serviço do palácio é porque muitas vezes o serviço acaba atrapalhando a boa norma de conduta de quem o Comanda. O presidente Sarney é o presidente de honra do Partido e Presidente da República, e a ele todos nós devemos colaboração. A colaboração representa uma forma de apoio, e não uma forma de vassalagem.

— A intenção do Presidente de formar na Constituinte um bloco de apoio parlamentar ao seu Governo, a seu ver é uma forma de o Presidente buscar interferir de uma forma mais direta na nova Constituição?

— Depende do ângulo que se examina isso. Eu acho que todos os brasileiros, sem exceção, devem fazer pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte, pressão de todas as formas possíveis, desde que não sejam pressões desonestas. Ora, o Presidente da República é um brasileiro, e ninguém mais interessado do que ele de

fazer esta pressão através do seu bloco, pressão no sentido de apoio, no sentido de reexame de certas cláusulas, pressão no sentido de consolidar o seu mandato, são pressões que se os demais têm direito quando as causas lhes são pertinentes, me parece legítimo, portanto, que o Presidente da República também exerça a sua pressão política dentro da Assembléia Nacional Constituinte.

— Nesse aspecto, o senhor vai ser um dos homens mais visados pelos lobistas na Constituinte. O senhor já está sentindo esse tipo de pressão, já tem sido muito procurado nesse sentido?

— Não devo declarar que não recebi até hoje sequer dos parlamentares do meu partido ou mesmo daqueles mais ligados a mim. Eu tenho tido quanto a esta particularidade a mais isenta atuação e a maior independência. Se exercitasse não haveria de colher bons frutos, porque eu não vou me submeter a pressões, partam de onde partirem. Eu procurarei ser, como relator, o homem que tirará a média da maioria, o homem que representará a maioria, que não imporá os seus pontos de vista e que nem sequer pela via oblíqua, pela via indireta, tentará fazer chegar aos demais companheiros o seu ponto de vista pessoal. O que eu fizer, isso sim, e com muita cautela, será como representante da maioria dentro da Comissão de Sistematização.

— O senhor já deixou claro que defende o mandato de seis anos para o presidente José Sarney, mas defende também o parlamentarismo. Como é que o senhor vai conciliar isso?

— Não é bem esta a colocação. Quem defende o sistema de governo parlamentar não está preocupado com a duração do mandato de quem exerce a Presidência da República. Como quem está em jogo é sempre o presidente Sarney, sempre se faz esse tipo de objeção. O que eu defendo é um preceito constitucional que indicou o tempo do mandato do Presidente da República. Como foi a Constituição que está em vigência que convocou através da emenda constitucional a Assembléia Nacional Constituinte, que trouxe o mandato dos governadores e dos vice-governadores, senadores e deputados federais e, como não se fala em reduzir o mandato dos demais, só se fala no mandato do Presidente da República, eu lembro o espírito da Constituição em vigor. Quando for promulgada a nova Constituição, resultado da Assembléia Nacional Constituinte, se esta nova Constituição prever em suas disposições gerais e transitórias a redução do tempo de mandato do Presidente, todos nós vamos ter que nos curvar ao que ali estiver escrito. Por outro lado, se o presidente

Sarney também entender de reduzir o seu mandato como fez o presidente Dutra, tanto melhor. A escolha foi sua. O que eu defendo é o sistema parlamentar de governo e não estou preocupado com a duração do mandato do Presidente da República. Na Inglaterra, existe o sistema parlamentar de governo e ninguém está preocupado qual vai ser a duração do mandato da Rainha Elizabeth, há uma presunção de que ela como rainha vai continuar ficando no poder. O mandato do presidente Mitterrand, na França, é de sete anos, sistema parlamentar de governo. O que é importante no sistema parlamentar de governo é a figura do Parlamento, de quem vai chefiar o Gabinete do primeiro-ministro, com este sim, e este não tem mandato prefixado, porque o Parlamento pode apresentar uma moção de desconfiança e cai o Gabinete e o primeiro-ministro desaparece e será renovado com outro. Temos o exemplo recente de Portugal, quando esteve aqui o presidente Mário Soares, e caiu o Gabinete português e nem por isso ele saiu daqui às pressas, terminou a sua viagem, voltou para o seu país e está agora fazendo as negociações para o Gabinete. A minha posição é muito coerente. O que eu quero é, caso seja adotado o sistema parlamentar de governo, que o presidente Sarney já no último ano de seu governo prepare a transição para o parlamentarismo, o que seria tão mais fácil.

— O que é que vai ser aproveitado da Velha Constituição no novo texto Constitucional? O senador Humberto Lucena disse que 70 por cento da nova Constituição vai ser copiado da velha. O que é que vai mudar?

— O senador Humberto Lucena, com a prática que tem de Parlamento, sabe que a espinha dorsal de algumas constituições geralmente são compiladas de outras, ampliando ou retirando. Por exemplo, no capítulo dos direitos e das garantias individuais ninguém vai mexer, vai apenas ampliar, ninguém pensará em reduzir; outra questão que poderá ser ampliada ou reduzida é quanto ao Poder Executivo e à forma de governo. Estes são pontos que não geram polémica, e atingem mais de 50 por cento do arcabouço da Constituição. Os pontos contraditórios como reforma econômica, problemas sociais, legislação sindical, reforma agrária, a figura do ombudsman etc. são pontos que a nova Constituição terá de inovar e trazer para o grande público a sua mensagem de renovar. O resto será apenas uma adaptação não quanto às constituições anteriores, mas uma adaptação para a realidade brasileira, porque nós temos que nos conscientizar, nós os constituintes, de que se não for possível fazer a Constituição do Brasil ideal vamos fa-

zer a Constituição do Brasil real.

— Nesse aspecto, não lhe assusta a responsabilidade de ser o relator de uma Constituição que pode frustrar em muito as expectativas do povo brasileiro, que hoje já está decepcionado com o que pode advir dessa Assembléia Nacional Constituinte?

— E claro. Todos nós corremos um risco, é um desafio. Mas eu não temo tanto, porque há uma equipe que me ajudará nisso, não se faz uma obra grandiosa dessa com extremismos e nem eu pretendo estar no palco iluminado, eu também quero fazer parte da plateia obscura que contribuirá na redação da Constituição. Esta equipe toda já está trabalhando há alguns dias, nós já estamos fazendo a compatibilização, que é o objetivo principal da comissão de sistematização, do que poderá ser tratado nas demais comissões, para que não haja excessos, para que não haja dispositivos que se repitam, para que o excesso em demasia de um assunto não se repita numa minuta de outra comissão temática. As oito comissões temáticas com as suas três subcomissões trabalharão sob a colaboração direta da Comissão de Sistematização, através da minha figura e notáveis companheiros que fazem parte da Comissão de Sistematização e também estão sendo convocados os de fora. Só para citar os que não fazem parte da Assembléia Nacional Constituinte: foram convidados, e aceitaram colaborar conosco gratuitamente, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Márcio Bastos, e o ex-presidente da Ordem, Dr. Hermes Baeta; o presidente da OAB seção São Paulo, prof. Antonio Cláudio de Oliveira, assim como o presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo e o ex-presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, Dr. Sérgio Ferraz. E uma equipe que dará, juntamente com outros especialistas da casa em Direito Constitucional, um trabalho que será muito cansativo, mas gratuito, e que visa exatamente àquela sua inquietação, qual seja a de não frustrar as ansiedades do povo brasileiro.

— A Comissão de Sistematização poderá se antecipar aos

"Os de extrema direita da bancada diziam que eu era de esquerda porque tinha sido cassado. Os de esquerda diziam que eu era de direita porque sou amigo do general Leônidas"

trabalhos das subcomissões, fixando regras como quer o líder do PTB, Gastone Righi, que sugere a elaboração de um projeto de resolução fixando desde já a definição do sistema de governo, sistema tributário e regime econômico, que funcionaram como orientação para o trabalho das outras subcomissões?

— Eu respeito a opinião de todos os meus companheiros de Assembléia Nacional Constituinte, notadamente a do Gastone Righi, de quem fui companheiro nos anos 67 e 68, mas me parece que não é bom fazê-lo. As comissões temáticas encarregadas no seu respectivo centro de estudo e discussão, cada uma delas tem para a sua feitura a indicação própria da matéria que lhe é competente, e uma delas que é que você acabou de se referir, fazem parte de subcomissões especializadas, a quem deve ser entregue para discutir, analisar e julgar a fim de traçarem um procedimento que não seja um procedimento apressado. A Comissão de Sistematização não poderá interferir, porque se o fizesse estaria ferindo a autonomia de cada comissão no prazo regimental que lhe foi dado de 65 dias para o último o seu anteprojeto que será levado à Comissão de Sistema-

tização, que por sua vez terá 30 dias de prazo para dar a palavra final e encaminhar à Mesa, a qual, por sua vez, ao plenário. E preciso que se registre que nenhuma comissão tem a soberania de dizer que a obra está acabada, só o plenário da Assembléia Nacional Constituinte é que é soberano. Cabe à Comissão de Sistematização, quando uma comissão temática ou uma subcomissão não ultimar os seus trabalhos no prazo de 65 dias. O relator da Comissão de Sistematização, no caso eu próprio, terá um prazo de dez dias para fazê-lo. Esta é apenas a regra regimental.

— O senhor acha que esta Constituinte vai avançar a ponto de abordar questões delicadas como a legalização do aborto e a legalização da maconha?

— A minha impressão, pelo retrato que pude fazer até agora sem retoques, é de que esta Assembléia Nacional Constituinte avançará em alguns pontos, parará em alguns, deve recuar num certo número, mas o avanço será mais para o lado progressista. Não creio que atinja toda a sua meta, mas pelo menos avançará, e o que restar ficará talvez para uma lei ordinária ou para uma lei complementar. Acho que o tema do aborto vai ser amplamente discutido, como já o foi há quatro anos na Conferência Nacional dos Advogados em Curitiba, quando ali foi discutida a descriminação do aborto através de uma tese apresentada pela advogada Romi Medeiros da Fonseca, viúva do grande jurista Armando Medeiros da Fonseca, quando a mulher, através dos seus órgãos que defendem um maior avanço na sociedade brasileira, teve a seu encargo procurar fazer com que o aborto fosse tratado menos como preceito preconceituoso do que como um preceito legal ou moral. Não sei até que ponto os avanços serão conclusivos, mas que essa Constituição terá um cunho mais para o lado progressista do que para o lado retrogrado, eu não tenho dúvidas.

— Como o senhor acha que deveria ser o tratamento a estes dois assuntos: legalização do aborto e da maconha?

— Acho que devemos enfrentá-los, porque são circunstâncias que avançam por caminhos que não são nada simples. Não se pode trabalhar da questão do aborto e o problema dos tóxicos com o lado emocional de cada um, há o lado ético. No caso do aborto, por exemplo, há a tradição católica brasileira que o colégio, há os civilistas que através do Código Civil reclamam ser impossível defender o aborto, porque a partir do sétimo dia de vida intra-uterina aquele feto já tem perspectiva de herança, como é que você vai tirar do ser humano essa possibilidade com a sua morte ainda fetal? Outra circunstância que se diz, os que o defendem, é que a mulher deve dispor do seu corpo, portanto, isso não seria um fator importante para que a Igreja abordasse; os espíritas falam na existência da alma. Se você notar este aspecto com o aspecto do aborto eugenico (?), que é aquele aborto legalizado da pobre mulher que teve um feto que foi fruto de um estupro ou de uma criança que pode ser retardada, há uma série de contingências que têm que ser abordadas sem ser preconceituosas. Quanto aos tóxicos, este hoje está em profusão no mundo inteiro não só neste ou naquele país, porque é comandado por multinacionais do crime que, a troco de um lucro fácil, começam a enveredar primeiro pela juventude, fazendo com que esta perca a sua independência moral e vai arrasando toda a sociedade. Eu não lhe diria qual a minha opinião pessoal sobre isso para não cometer uma circunstância antiética. Como relator eu não devo influir naquilo que um ou outro colega possa pensar, e conhecendo a minha posição, eu diria que acabaria me acompanhando. Eu prefiro retirar a média, como disse no começo, da grande maioria e a ela me vincular, mesmo que não seja o meu ponto de vista. Eu prefiro acompanhar o ponto de vista da maioria da Assembléia Nacional Constituinte ainda que este seja contrário ao meu próprio ponto de vista.